

Renan participa da cerimônia do prêmio Brasileiro do Ano

O presidente do Senado, Renan Calheiros, participou ontem à noite, no Espaço Unique do Jardim Paulista, em São Paulo (SP), da cerimônia de entrega do prêmio Brasileiro do Ano, concedido pela revista *IstoÉ*.

Entre os agraciados com o prêmio estão o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva; o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Marco Aurélio Mello; o governador eleito da Bahia, Jacques Wagner; o



Gerardo Magaña

Renan Calheiros acompanha entrega do prêmio concedido pela revista *IstoÉ*

presidente do Banco Central, Henrique Meirelles; e o maratonista Marilson Gomes dos Santos.

Parlamento do Mercosul terá sessão inaugural na quinta-feira **Página 4**

TV Senado poderá transmitir vários eventos simultâneos

O diretor da Secretaria de Comunicação Social do Senado, Armando Rollemberg, admitiu ontem a possibilidade de a TV Senado exibir multiprogramação quando for implantado o sistema de TV digital no país. “Por que não podemos transmitir nos nossos canais três ou quatro reuniões simultaneamente?”

questionou. Rollemberg relatou as medidas que estão sendo tomadas para preparar as TVs públicas para a era digital. Ele também fez uma retrospectiva do processo de implantação do sistema de comunicação do Senado, assinalando seu “elevado nível de credibilidade”. **Página 7**



Ao lado de Arnaldo Niskier, Rollemberg (D) fala ao Conselho de Comunicação Social

Relator defende mínimo de R\$ 375

Se aprovar parecer de Quintanilha, Congresso estará ignorando pretensão da equipe econômica de fixar um piso salarial de R\$ 367



Moreira Matiz

Jonas (segundo à esq.) lê relatório da Agricultura. Gilmar Machado (segundo à dir., ao lado de Raupp) preside a reunião

Relator da área de Previdência, Trabalho e Assistência Social do Orçamento da União para 2007, o senador Leomar Quintanilha garantiu recursos para que o salário mínimo seja aumentado de R\$ 350 para R\$ 375 em abril próximo. Se o parecer for aprovado, o Congresso estará ignorando a pretensão da equipe econômica do governo de fixar o mínimo em R\$ 367.

Ontem à noite, a Co-

missão de Orçamento aprovou o texto básico do relatório setorial de Agricultura e Desenvolvimento Agrário, apresentado pelo senador Jonas Pinheiro. Ele aceitou

emenda proposta pelos parlamentares que aumenta as verbas para o setor em R\$ 476,3 milhões, dos quais R\$ 390 milhões se destinam a investimentos. É o quarto relatório setorial aprovado pela comissão, que deseja votar todos os dez esta semana. **Página 3**



Instalação da CPI das ONGs deve ficar para o ano que vem

O líder do governo no Senado, Romero Jucá, anunciou ontem acordo para que a CPI destinada a investigar irregularidades nas

ONGs seja instalada em 2007. O autor do requerimento de criação da CPI, Heráclito Fortes, concordou com a proposta. **Página 2**



Heráclito deseja que Romero Jucá faça o anúncio no Plenário para formalizar compromisso dos líderes

Instalação da CPI das ONGs deve ficar para o início do próximo ano

A instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito das ONGs poderá ocorrer apenas no início de 2007. O autor do requerimento de criação, senador Heráclito Fortes (PFL-PI), afirmou ter aceitado proposta do líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), para retirada do pedido, sob a condição de que o colegiado comece a trabalhar no próximo ano. O acordo foi anunciado por Jucá na tarde de ontem.

A CPI vai investigar a transferência de recursos do Orçamento da União para organizações não-governamentais (ONGs) e organizações da sociedade civil de interesse público (Oscips) durante o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

De acordo com Romero Jucá, a decisão de criar essa comissão



Roosevelt Pinheiro

Decisão foi tomada pelas lideranças partidárias no Senado, informa Jucá

no ano que vem foi tomada pelas lideranças partidárias do Senado. Mas Heráclito Fortes quer que o líder do governo faça um anúncio no Plenário do Senado para formalizar o compromisso das lideranças. Segundo o parlamentar pefelista, o acordo prevê que essa CPI será a primeira a funcionar em 2007.

Projeto de Serys beneficia empresas que utilizarem plástico ecológico

Empresas que utilizarem plástico biodegradável ou hidrossolúvel e fizerem o cálculo do Imposto de Renda e da contribuição sobre o lucro líquido pelo regime de lucro presumido poderão ter direito a deduzir até 15% do Imposto de Renda devido.

Já para as empresas que utilizarem apuração no regime de lucro real, a dedução referente aos gastos com plástico ecológico poderá

ser feita em dobro em relação à alíquota aplicável.

O benefício está previsto em projeto da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) enviado à Comissão de Assuntos Econômicos para decisão terminativa. Serys defende a intervenção do Estado, por meio de incentivos fiscais, para fomentar a promoção e o consumo desse tipo de produto, que beneficia o meio ambiente.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário

A ordem do dia encontra-se trancada por sete medidas provisórias, que, editadas há mais de 45 dias, têm preferência de votação. Uma delas é a MP 318/06, que libera verba

extraordinária no valor de R\$ 858,5 milhões destinada à Presidência da República e aos ministérios da Educação, Justiça, Relações Exteriores e Defesa.



Mais publicações em braile

A Comissão de Educação (CE) reúne-se às 11h para analisar 20 proposições. Entre os itens em pauta está o projeto que determina a publicação em braile de um

percentual ainda não definido da edição de livros e de revistas de grande circulação no país, dos gêneros literário, didático e acadêmico. Também deverá ser votado

projeto que autoriza o pagamento de débitos com o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies) mediante prestação de serviço social.

Investimentos em trens urbanos

Às 10h, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) recebe os ministros do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo,

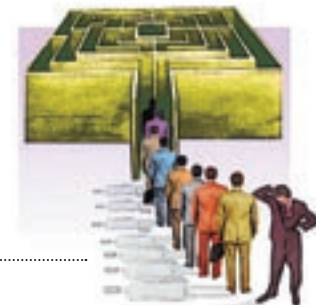
e das Cidades, Márcio Fortes, para debater a situação dos investimentos do governo federal nos sistemas de trens metropolitanos do país.

Também foi convidado à audiência pública o presidente da Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU), João Luiz da Silva Dias.

Facilidade para registro de empresa

A reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), às 10h, tem uma pauta de 32 itens, entre eles o projeto que estabelece normas para a simplificação do procedimento de registro de empresários e pessoas

jurídicas no âmbito da União, estados, Distrito Federal e municípios. Outra proposta a ser votada é o projeto que libera a venda em supermercado de medicamentos que não dependam de prescrição.



Dez anos do Coral

Os dez anos de criação do Coral da Senado serão comemorados a partir das 17h, quando haverá a abertura do 1º Festival de Coros Natalinos do Senado Federal, com a apresentação do próprio grupo e do

Cantus Firmus. A promoção é uma iniciativa do Serviço de Qualidade de Vida e Reabilitação Funcional da Secretaria de Recursos Humanos, e do Cerimonial da Presidência do Senado, entre outros órgãos.

"Apagão aéreo"

Os membros da comissão do Senado que acompanha as providências adotadas pelo governo federal para solucionar a crise enfrentada pela aviação civil reúnem-se às 10h com o comandante da Aeronáutica, tenente-brigadeiro-do-ar Luiz Carlos da Silva Bueno, para debater soluções.

Orçamento

Os parlamentares que integram a Comissão Mista de Orçamento (CMO) estarão reunidos às 10h, 14h30 e 18h. O objetivo é discutir e votar os relatórios setoriais que foram apresentados à proposta de lei orçamentária da União para o ano de 2007 (PL 15/06-CN).

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: João Alberto Souza

3º Secretário: Paulo Octávio

4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos

Suplentes de Secretário: Serys Slhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:

Armando S. Rollemberg

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Davi Emerich, Denise Costa e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - **E-mail:** jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 2º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Papaléo Paes, Roberto Saturnino, Eduardo Suplicy, Cristovam Buarque, Gilvam Borges e Ney Suassuna e pela senadora Ideli Salvatti

Senador argumenta, em relatório setorial entregue à CMO, que o próprio Executivo havia reservado recursos para uma correção de R\$ 25 sobre o valor atual



Comissão Mista de Orçamento deve votar esta semana todos os relatórios temáticos

Transposição do São Francisco pode ter menos recursos no próximo ano

O programa orçamentário em que se incluem ações destinadas à transposição das águas do rio São Francisco perdeu recursos depois do fechamento do relatório setorial de Integração Nacional e Meio Ambiente, preparado pelo deputado Márcio Reinaldo Moreira (PP-MG). O parecer foi entregue à Comissão Mista de Orçamento com indicação de um corte de R\$ 91 milhões, o correspondente a 70,1% dos R\$ 129,8 milhões originalmente reservados ao empreendimento pelo governo.

Esse é um dos dez relatórios temáticos referentes à proposta orçamentária da União para 2007, a ser votada pelo Congresso até 22 de dezembro. Se reduziu recursos para a transposição, o relatório, por outro lado, traz mais investimentos para a conservação de bacias hidrográficas, com acréscimo de mais R\$ 20,8 milhões aos R\$ 64,5 milhões já previstos no programa específico.

O deputado fechou o relatório indicando gastos adicionais líquidos de R\$ 705,9 milhões para os dois ministérios da área temática, elevando o orçamento para R\$ 10,3 bilhões. Os gastos da pasta da Integração Nacional são estimados em R\$ 7,4 bilhões, correspondendo ao Ministério do Meio Ambiente R\$ 2,9 bilhões.

No relatório, o autor observa que o valor de R\$ 129,8 milhões inicialmente destinado ao Pro-

grama de Integração de Bacias Hidrográficas (nome usado pelo governo para designar a transposição) era 86% inferior ao proposto para 2006 (R\$ 925,1 milhões). Em consequência dessa redução, a participação dos investimentos nos gastos totais do ministério (excluídos os fundos constitucionais) sofreu decréscimo, de uma proposta a outra, de 58,9% para 39,3%.

Proágua

Por meio das emendas, o relator da área empregou R\$ 194,8 milhões para reforçar o programa Proágua Infra-Estrutura, inclusive para obras novas. No âmbito do Proágua, os recursos são utilizados para a recuperação e construção de barragens, açudes e adutoras. A execução geralmente é feita por meio de convênios com estados e prefeituras. O programa Desenvolvimento da Agricultura Irrigada recebeu R\$ 148,1 milhões em novas dotações, constituindo a segunda maior soma de recursos extras.

Para a área temática, foram direcionadas ao relatório setorial 316 emendas, entre individuais (245), de bancadas estaduais (59) e de comissões (12). O relator apresentou ainda oito emendas, cinco delas para a correção da proposta do governo federal no que se refere aos recursos constitucionais obrigatórios para projetos de irrigação na região Centro-Oeste.

Parecer de Quintanilha garante aumento do mínimo para R\$ 375

O relator dos assuntos de Previdência, Trabalho e Assistência Social do Orçamento federal para 2007, senador Leomar Quintanilha (PCdoB-TO), garantiu, em seu parecer setorial, dinheiro para que o salário mínimo seja elevado em abril próximo de R\$ 350 para R\$ 375. Se o relatório setorial for aprovado pelos deputados e senadores, o Congresso estará ignorando a pretensão da equipe econômica de subir o mínimo para um valor menor: R\$ 367.

Quintanilha pondera no documento que o próprio governo havia reservado dinheiro para o salário mínimo de R\$ 374,93 – um aumento de 7,12%. No entanto, como a economia não está crescendo como se previa, e a inflação vai fechar o ano em um percentual abaixo das projeções feitas há oito meses, nos últimos dias os ministros da Fazenda e do Planejamento, Guido Mantega e Paulo Bernardo, passaram a defender um mínimo de R\$ 367.

Na opinião dos dois ministros, o valor menor cumpre o que está na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), a qual prevê reajuste do salário mínimo pela inflação passada, acrescida do crescimento do produto interno bruto (PIB) *per capita*.



Sugestão de Quintanilha ignora posição do governo federal, que defende R\$ 367

Déficit da Previdência

Em seu relatório, Quintanilha informa que houve nos últimos meses uma reversão na tendência, verificada desde 2001, de queda nos gastos do governo federal com seus aposentados e pensionistas.

Para ele, a mudança se deve aos reajustes concedidos pelo governo ao funcionalismo neste ano, o que beneficia os aposentados, e também porque a reforma previdenciária de 2003 não afetou os militares. Assim, apenas os inativos civis passaram a recolher a contribuição previdenciária. Os gastos com inativos da União, civis e militares, serão de R\$ 35,9 bilhões em 2007.

Quintanilha observa que, segundo o governo, o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) terá um déficit em 2007 de R\$ 46,4 bilhões, contra R\$ 41 bilhões neste ano – crescimento de 13,1%. A seu ver, se o Executivo destinasse à Previdência parte da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), como determina a legislação, o déficit seria R\$ 7,4 bilhões menor. Mais: se o governo considerasse a Seguridade Social como um todo (Previdência, Saúde e Assistência Social), não haveria déficit. O problema existe, de acordo com o senador, porque o governo não direciona ao setor toda a arrecadação prevista em lei.

O orçamento da área do Ministério do Trabalho prevê aumentos de gastos com a erradicação de trabalho escravo (28,8%) e com o combate ao trabalho infantil (77,5%), comparando-se com 2006. No entanto, há um corte de 34% com o programa Primeiro Emprego. No final, Quintanilha aceitou 541 emendas dos parlamentares e das comissões, no valor de R\$ 275,4 milhões. O dinheiro saiu das reestimativas de receitas feitas pela comissão mista.

Verba para pesquisa agrícola chegará a R\$ 1 bilhão

A Comissão Mista de Orçamento aprovou na noite de ontem o texto básico do relatório setorial de Agricultura e Desenvolvimento Agrário, apresentado pelo senador Jonas Pinheiro (PFL-MT). Ele aceitou emendas propostas pelos deputados e senadores que aumentaram as verbas para o setor em R\$ 476,3 milhões, das quais R\$ 390 milhões se destinam a investimentos.

Em seu relatório, Jonas Pinheiro comemorou o fato de, pela primeira vez, as verbas para a Empresa Brasileira de Pesquisa

Agropecuária (Embrapa) chegar a R\$ 1 bilhão. Há seis anos, a Embrapa contava com um orçamento de R\$ 580 milhões.

Durante os debates, os parlamentares criticaram o governo por segurar as verbas para o setor agrícola e até mesmo para a reforma agrária. O senador Sérgio Guerra (PSDB-PE) informou que, até o fim de novembro, o governo só havia executado 3% do orçamento de 2006 para o Ministério da Agricultura e outros 3% para o Ministério do Desenvolvimento Agrário. Já as liberações para

a reforma agrária mal haviam passado de 24%.

Esse foi o quarto relatório setorial aprovado pela Comissão de Orçamento. O seu presidente, deputado Gilmar Machado (PT-MG), quer votar todos os dez relatórios até quinta-feira. Isso permitiria a decisão sobre o relatório final, a cargo do senador Valdir Raupp (PMDB-RO), no início da próxima semana. A última votação do projeto orçamentário, no Plenário do Congresso, está marcada para o dia 22, véspera do recesso parlamentar.

Relatório da CPI dos Sanguessugas sai esta semana

O relator da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Sanguessugas, senador Amir Lando (PMDB-RO), afirmou ontem que pretende apresentar o relatório final da CPI amanhã ou na quinta-feira.

O prazo final para o encerra-

mento das atividades da comissão é 19 de dezembro, mas há integrantes que tentam prorrogar os trabalhos, como a senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) e os deputados federais Fernando Gabeira (PV-RJ) e Raul Jungmann (PPS-PE). Entre os argu-

mentos apresentados por esses parlamentares está o conteúdo do ofício emitido pelo presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), no qual este reconhece a autonomia da CPI para decidir sobre a prorrogação de seus trabalhos.

Nesse texto, Renan afirma que “é conduta da Presidência [do Senado] não interferir nas atividades de qualquer comissão, senão para fortalecê-la, especialmente em comissões especializadas como as comissões parlamentares de inquérito”.

Para o presidente da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, Sérgio Zambiasi, solenidade significará a verdadeira e definitiva integração da América Latina

Parlamento do Mercosul realiza sessão inaugural na quinta-feira

O Congresso Nacional recebe na quinta-feira, às 10h, os presidentes dos parlamentos de Argentina, Paraguai, Uruguai e Venezuela para a sessão inaugural do Parlamento do Mercado Comum do Sul (Mercosul).

A sessão será aberta pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, e contará com a presença do presidente Lula. Para o presidente *pro tempore* da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS), “essa solenidade significará a verdadeira e definitiva integração da América Latina”.

Os cinco países membros plenos do bloco têm, em conjunto, um produto interno bruto (PIB) de US\$ 1 trilhão. O Parlamento terá sede permanente em Montevideu (Uruguai) e como principal função facilitar a execução dos acordos regionais entre esses



Renan: integração é estratégia diante de mercado internacional competitivo

países e zelar por sua efetiva atuação, além de ser um fórum permanente de debate dos problemas que eles enfrentam.

Cada país-membro contará com nove senadores e nove deputados como representantes. O protocolo que constituiu o Parlamento do Mercosul tem 24 artigos que tratam de estrutura,

propósitos, competências e princípios da instituição.

A ideia de realizar a sessão inaugural em Brasília partiu de Zambiasi e foi aprovada por unanimidade pelos representantes dos países associados. O próximo passo é a elaboração de um estatuto comum para as cooperativas do Mercosul.

Em artigo publicado no jornal *Correio Braziliense*, em junho, Renan Calheiros elogiou a iniciativa do bloco e afirmou que a integração regional e a defesa conjunta de interesses comuns, em todos os setores, são a melhor estratégia diante de um mercado internacional cada vez mais competitivo. “Não é à toa que temos assistido, nas últimas décadas, à multiplicação dos mais diversos blocos econômicos no mundo inteiro”, afirma o presidente do Senado no texto.

Projeto de lei sobre gasolina de aviação será votado hoje na CAE

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) reúne-se hoje, às 10h, para examinar uma pauta com 32 itens, entre os quais o projeto (PLC 67/05) que concede à gasolina de aviação a mesma alíquota da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) sobre combustíveis incidente sobre o querosene, cerca de dez vezes menor.

A relatora é a senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), que deu parecer favorável. Se aprovado na CAE, o projeto ainda será apreciado pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI).

Também consta da pauta da CAE substitutivo de Osmar

Dias (PDT-PR) ao Projeto de Lei 129/03, de Almeida Lima (PMDB-SE), que altera a legislação tributária federal para incluir estabelecimentos de ensino médio, agências de publicidade, escritórios de serviços contábeis, corretoras de seguros e representantes comerciais entre as pessoas jurídicas passíveis de adesão ao Simples. A proposta tem decisão terminativa na comissão e tramita junto com o PLS 183/03, de Leonel Pavan (PSDB-SC), e o PLS 291/05, de Ney Suassuna (PMDB-PB).

Outro projeto a ser examinado é o PLS 191/06, também terminativo na comissão, que concede



Lúcia Vânia deu parecer favorável à proposta que reduz alíquota da Cide

isenção tributária à Academia Brasileira de Letras (ABL), à Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), e cancela os débitos fiscais dessas instituições. O autor da matéria é José Sarney (PMDB-AP) e o relator, Jorge Bornhausen (PFL-SC), que deu parecer favorável.

CI debate investimentos do governo em trens urbanos

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) promove, às 10h de hoje, audiência para discutir a situação atual dos investimentos do governo federal nos sistemas de trens metropolitanos do país. Foram convidados os ministros do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo; e das Cidades, Márcio Fortes; e o presidente da Companhia Brasi-

leira de Trens Urbanos (CBTU), João Luiz da Silva Dias.

O autor do requerimento para a realização da audiência pública, senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), defendeu a necessidade de investimentos nas ferrovias de todo o país e cobrou providências do governo federal para a concretização das obras do metrô de Belo Horizonte, cuja

construção, lembrou, foi iniciada há 20 anos.

– Chocaria afirmar que, do Orçamento de 2006, nem um centavo sequer chegou a ser aplicado no sistema ferroviário de transporte urbano da capital mineira – informou o senador, ao apresentar números contidos em orçamentos dos anos anteriores, tendo como base as obras do metrô.



Senadores também votam requerimentos para realizar debates sobre seguros de vida

Propostas em pauta na CMA incentivam reposição florestal

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) vota, hoje, entre outras matérias, o projeto de lei que dispõe sobre concessão de incentivos fiscais e creditícios para pessoas físicas e jurídicas que promovam a reposição florestal (PLS 410/05) e o que trata de responsabilização de proprietários rurais pelo florestamento ou reflorestamento das áreas de preservação permanente (PLS 201/03).

Também em pauta três requerimentos de audiência pública. Um deles tem o objetivo de discutir projeto que altera o Código Florestal (Lei 4.771/65). A proposta (PLS 158/02) inclui, no cálculo

da reserva legal (área destinada à proteção da fauna e da flora nativas), a área de preservação permanente das propriedades rurais.

Outro requerimento destina-se a debater o projeto que trata da relação do consumidor com o representante autônomo. A proposta (PLS 178/06) define o representante comercial autônomo como um profissional fornecedor. O último requerimento visa discutir a regulamentação de resoluções da Superintendência dos Seguros Privados (Susep) que autorizam as seguradoras a revisar, unilateralmente, contratos de seguro de vida, aumentando o valor das mensalidades e reduzindo o prêmio das apólices.

Audiência pública analisa questão fundiária urbana

Amanhã, a partir das 10h30, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) promove audiência para discutir “o problema dos conflitos e regularização fundiária urbanos”, com foco na relação entre habitação e direitos humanos. O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) é autor do requerimento para a realização da audiência pública.

Participarão do debate o coordenador nacional do Movimento Nacional de Luta pela Mora-

dia (MNLN), Antônio José de Araújo; a relatora nacional para o Direito Humano à Moradia Adequada, do Projeto Relatores Nacionais da Plataforma Brasileira de Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (DhESCA Brasil), Lúcia Maria Moraes; a subprocuradora-geral da República Ela Wiecko de Castilho; e a secretária nacional de Programas Urbanos do Ministério das Cidades, Inês Magalhães.

Comissão de Assuntos Sociais vai discutir crise no Incor

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) realizará amanhã, às 9h30, audiência pública sobre os problemas financeiros que vêm enfrentando o Instituto do Coração do Hospital das Clínicas de São Paulo (Incor) e a Fundação Zerbini. A audiência foi sugerida pelos senadores Eduardo Suplicy (PT-SP), Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) e Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR).

É aguardado para a reunião o presidente do Conselho Diretor do Incor, Jorge Elias Kalil Filho. Também do Instituto do Coração foram convidados para o debate o presidente da Comissão Científica e de Ética, Maurício Rocha e Silva, e o diretor-executivo, David Everson Uip. Participará do encontro, ainda, o diretor-presidente da Fundação Zerbini, Ademar Silveira Sabino.

Heráclito e Cristovam contestam proposta de coalizão; Alvaro cobra restabelecimento da autoridade do Estado; Virgílio critica controlador-geral da União

Cristovam: coalizão é diferente de conchavo

Cristovam Buarque (PDT-DF) destacou as diferenças entre coalizão e conchavo ao sugerir ao presidente Lula que apresente uma lista de pontos concretos para “promover uma unidade em torno de causas e não em torno de cargos”. O senador frisou que o conchavo não tem causa, enquanto a coalizão tem dois motivos para existir.

Fotos: Roosevelt Pinheiro



Cristovam teme golpe no mesmo estilo do aplicado por Hugo Chávez na Venezuela

– A coalizão é necessária quando o país está tão bem que não precisa ter oposição ou quando está tão mal que é preciso um plano de salvação nacional, como em caso de guerra, por exemplo, e todos se unem em torno de aliança programática.

Cristovam salientou ter lido a lista apresentada por Lula para justificar a coalizão, mas não encontrou nada importante, apenas generalidades. Ele ressaltou que a lista não tem programas de combate à

corrupção, de geração de empregos, de proteção da natureza, de mudança na educação, de erradicação do analfabetismo entre adultos ou de combate à violência.

O senador disse temer que no bojo dessa coalizão estejam escondidas mudanças constitucionais, como um terceiro mandato presidencial, no mesmo estilo do golpe aplicado pelo presidente da Venezuela,

Hugo Chávez. Cristovam observou que a iniciativa não viria de Lula, mas da base formada pela coalizão, cujos partidos nem sequer lançariam candidatos à Presidência da República para facilitar a mudança.

Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) assinalou, em aparte, que não há motivo para não fazer uma coalizão em torno de causas e programas no Congresso. Disse não ver necessidade de “atravessar a rua” e fazê-la no gabinete do presidente.

Heráclito diz que governo não tem proposta clara

Ao comentar a coalizão partidária proposta pelo presidente Lula para dar sustentação ao seu governo, Heráclito Fortes (PFL-PI) disse ontem que a iniciativa só será aceitável se for sincera e ocorrer às claras.

– É chegada a hora de o governo Lula vir com propostas claras e concretas – reivindicou.

Heráclito afirmou que o presidente Lula não pode repetir, no segundo mandato, os erros que cometeu com a oposição em seu primeiro governo. O senador queixou-se de que a bancada do PT no Congresso costumava atrair a adesão da oposição para algumas proposições governistas e, no dia seguinte, quebrava os acordos realizados.

– A oposição nunca foi tão colaborativa com o governo. O mal é que esse governo erra muito e dá pano pra manga para que



Heráclito se queixa de que governo tenta empurrar CPI “para debaixo do tapete”

a oposição exerça o seu papel – ressaltou.

Ainda em relação ao atual governo, Heráclito reclamou da interferência do Poder Executivo na eleição dos novos presidentes do Senado e da Câmara, da adoção de critérios políticos para preenchimento de vagas de ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) e da demora em viabilizar as parcerias público-privadas (PPPs).

Heráclito também manifestou descontentamento com a tentativa do governo Lula de “empurrar para debaixo do tapete” a proposta de criação da CPI das ONGs, oriunda de requerimento de sua autoria. Ele fez questão de explicar que sua intenção com essa comissão é desmantelar entidades não-governamentais que recebem recursos públicos sem prestar a esperada contrapartida em serviços para o país.

Alvaro defende restabelecimento da autoridade do Estado na segurança

Ao opinar que o assalto sofrido pela presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Ellen Gracie, e pelo vice-presidente do STF, ministro Gilmar Mendes – ocorrido na última sexta-feira, no Rio de Janeiro – revela que os marginais já estão se considerando mais poderosos que as autoridades constituídas, Alvaro Dias (PSDB-PR) defendeu o restabelecimento da autoridade do Estado e da competência administrativa.

Para o senador, o governo tem sido omisso, relapso e até conivente com o crime, na medida em que nem sequer aplica os recursos disponibilizados no Orçamento para a contenção da violência. Ele informou que, visando acabar com essa omissão, o Senado aprovou recentemente projeto de sua autoria que obriga os governos federal e estaduais a aplicarem integralmente os recursos destinados à área de segurança pública, sob pena de as autoridades serem acusadas de crime de responsabilidade.



Alvaro: brasileiro ganharia 70% a mais se corrupção fosse igual à da Dinamarca

Outra proposta de Alvaro Dias já aprovada pelo Senado garante às vítimas de testemunhas de delitos o direito ao anonimato.

Em aparte, Ney Suassuna (PMDB-PB) lamentou o fato de o secretário de Segurança do Rio ter criticado a presidente do STF por não haver solicitado escolha da PF.

Economia

Alvaro Dias criticou também a política econômica, que estaria levando

o país a conviver com taxas de crescimento irrisórias. Em aparte, Arthur Virgílio (PSDB-AM) disse que, diferentemente de Lula, que estima crescimento no próximo ano de 5%, o próprio Banco Central, em seu boletim *Focus*, manteve a previsão de 3,5%.

Alvaro Dias abordou pesquisa realizada pela Fiesp que revelou que cada brasileiro ficaria 23% mais rico se o país reduzisse seu índice de corrupção interna para o equivalente ao do Chile. Se a corrupção no Brasil fosse semelhante à da Dinamarca, observou, cada brasileiro poderia receber 70% a mais.

Virgílio considera declaração de Hage “deslavada e grosseira”

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), condenou recente declaração do controlador-geral da União, ministro Jorge Hage, de que o chamado “esquema do mensalão” teria tido origem no primeiro governo Fernando Henrique Cardoso. O senador classificou a declaração de “deslavada e grosseira”.

– Basta, senhor Hage. Cuide de suas atribuições. Pare de levianamente brigar por uma nova colocação neste novo governo. E reconheça os erros dos seus colegas de governo – sugeriu.

De acordo com o líder do PSDB, Hage teria afirmado ao jornal *Folha de S. Paulo* que o mensalão teria se originado na suposta compra de votos para a aprovação da emenda que autorizou a reeleição do então presidente Fernando Henrique, em 1997. Virgílio acusou o governo Lula de institucionalizar no Brasil “todo tipo de corrupção”.

O senador leu trechos de carta do ex-presidente Fernando Henrique refutando



Arthur Virgílio acusa governo Lula de institucionalizar “todo tipo de corrupção”

as acusações do ministro. No texto, FHC afirma que o atual governo está habituado a “jogar a culpa de seus desmazelos às costas do governo passado”. Ele acrescentou que o PSDB deverá processar o ministro Hage.

O parlamentar comentou dados divulgados pelo Banco Central, por meio do boletim *Focus*, que comprovariam a impossibilidade de um crescimento econômico da ordem de 5% para o país nos próximos anos, como prometido por Lula. Em aparte, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) assegurou que o crescimento deve ser inferior a 2,8% em 2006.

Agressão

Virgílio condenou a agressão sofrida pelo repórter fotográfico Lula Marques, da *Folha de S. Paulo*, por seguranças da Presidência da República. Lembrou que, na ocasião, jornalistas faziam a cobertura de uma arrecadação de brinquedos na Esplanada dos Ministérios, comandada pela primeira-dama, Marisa Letícia.

Senador afirma que a combinação entre altas taxas de juros e câmbio valorizado vem prejudicando o crescimento econômico do país

Suplicy defende redução “mais expressiva” da taxa Selic

A combinação entre altas taxas de juros e câmbio valorizado vem prejudicando o crescimento econômico do país, afirmou Eduardo Suplicy (PT-SP).

O senador defendeu uma redução mais expressiva da taxa básica de juros (a taxa Selic) com o objetivo de abrandar o problema da sobrevalorização cambial, o que favoreceria a rentabilidade e a competitividade dos setores exportadores, por um lado, e daqueles que concorrem com as importações no mercado brasileiro, por outro.

Nesse contexto, Suplicy criticou o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central, ressaltando que a ata de sua última reunião, quando a taxa



Suplicy acusa Copom de omissão quanto a efeitos do câmbio sobre competitividade

básica de juros foi reduzida de 13,75% para 13,25% ao ano, seria omissa quanto aos efeitos do câmbio sobre a competitividade da economia.

– É quase como se o problema

não existisse para o Banco Central – criticou.

O senador frisou ainda que o Brasil é o país que apresenta a maior taxa de juro real – ou seja, descontada a taxa de inflação – entre os países emergentes. E uma das causas da valorização do real, que afeta negativamente a balança comercial, seria, justamente, a diferença entre as taxas de juros brasileira e as de outros países.

– As exportações estão se desacelerando, enquanto as importações vêm crescentemente deslocando a produção nacional no mercado interno – declarou Suplicy, ressaltando os efeitos deletérios desse processo sobre o produto interno bruto.

Suassuna: problemas da aviação civil estão prejudicando o turismo

Ney Suassuna (PMDB-PB) afirmou que a crise enfrentada pela aviação civil brasileira está prejudicando o setor turístico do país, que prevê diminuição do número de passageiros durante o verão de 2007.

– Segundo a imprensa, a incerteza de uma solução à vista derubou as vendas em 8% somente nos últimos 30 dias – informou.

De acordo com a Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (Abih), destacou o senador, em todo o país cerca de 20% das reservas para as festas do fim do ano foram canceladas.

Suassuna lembrou que o próprio presidente da Infraero, brigadeiro José Carlos Pereira, declarou que os sucessivos atrasos de vôos ameaçam afetar as estimativas da economia turística para o começo

de 2007, “mas o ministro da Defesa, Waldir Pires, assegurou que os problemas não devem afetar as viagens durante o Natal e o réveillon”.

– O ministro disse que a solução definitiva da crise, entretanto, só deverá acontecer em um ano e meio. Ele propôs a criação de um sistema unificado de informação de horários de partidas e chegadas de vôos, acessível em todos os aeroportos brasileiros – afirmou.

Na opinião do senador, a medida – que foi discutida por representantes da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), da Infraero, do Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DCAE) e das companhias aéreas – representa uma providência justificável e oportuna, a fim de amenizar os efeitos desastrosos de uma even-



Vendas no setor de turismo caíram 8% nos últimos 30 dias, destaca Suassuna

tual operação tartaruga do controle de tráfego aéreo nacional.

Suassuna lembrou que o presidente da Anac, Milton Zuanazzi, criticou a falta de recursos para o setor aéreo e observou que nos últimos anos a aviação cresceu 26%, enquanto a economia cresceu apenas 3%. O senador opinou ainda que as condições normais de trabalho dos controladores de vôo devem ser restauradas, atendendo às exigências previstas na legislação internacional do setor.

Comissão reúne-se hoje com comandante da Aeronáutica

Ao final de seu discurso, Ney Suassuna informou que os membros da comissão criada pelo Senado para acompanhar as providências tomadas pelo governo federal destinadas a solucionar a crise enfrentada pela aviação civil vão se reunir hoje com o comandante da Aeronáutica, tenente-brigadeiro-do-ar Luiz Carlos da Silva Bueno.

A reunião deve começar às 10h na sede do Comando da Aeronáutica, em Brasília, e tem por objetivo o debate acerca de soluções para a crise.

– Temos esperança de que sejam apresentadas medidas de curto, médio e longo prazos. Deve haver uma convergência, com rapidez, para sanar esse problema – disse.

A comissão temporária que vai

acompanhar a crise na aviação civil do país – o chamado “apagão aéreo” – é composta pelos senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), Arthur Virgílio (PSDB-AM), Jefferson Péres (PDT-AM) e Sibá Machado (PT-AC), além do próprio Suassuna.

Antonio Carlos Magalhães foi o autor do requerimento de criação da comissão.

Mesquita Júnior teme restrições a farmácias de manipulação

Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) deverá apresentar requerimento de informações à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) sobre resolução, submetida a consulta pública, que restringiria o campo de atuação das farmácias de manipulação.

Segundo carta enviada ao senador pelo dono de uma farmácia de manipulação em Rio Branco que atua na área há 16 anos, as mudanças sugeridas seriam pressão da indústria farmacêutica para limitar atividades do setor de manipulação.

Entre os “absurdos” presentes na resolução, de acordo com o empresário, estariam a proibição de produção de medicamentos industrializados disponíveis e de propaganda de farmácias de manipulação na mídia, a exigência de o médico especificar na receita os medicamentos que poderiam ser manipulados e a obrigatoriedade de uso de receptuário verde para prescrição de produtos manipulados, a exemplo do receptuário azul já exigido para medicamentos controlados.

– É preciso que a Anvisa esclareça essa situação e que verifiquemos se procedem essas queixas, que são, de fato, preocupantes – avaliou.

Em seu discurso Mesquita Júnior criticou dispositivos do projeto de lei da Câmara (PLC 20/06) que institui a Secretaria da Receita Federal do Brasil (a Super-Receita), como resultado



Fotos: Roosevelt Pinheiro

Mesquita Júnior diz que vai pedir à Anvisa informações sobre mudanças no setor

da fusão entre a Secretaria da Receita Federal, do Ministério da Fazenda, e a Secretaria de Receita Previdenciária, do Ministério da Previdência Social. A principal ressalva diz respeito à possível redistribuição de procuradores federais para a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

De acordo com Mesquita Júnior, a mudança foi introduzida no Senado, já que o projeto apresentado pelo Executivo e aprovado pela Câmara previa o exercício provisório dessa categoria na Fazenda Nacional, até que formasse quadros próprios para atender às demandas da criação da Super-Receita.

– A redistribuição implica a metamorfose do procurador federal em procurador da Fazenda Nacional, duas categorias que têm atribuições distintas – observou o senador, baseado em carta encaminhada pelo procurador da Fazenda Nacional Aldemário Araújo Castro.

Paim propõe a inclusão social pelo programa Cantando as Diferenças

Proposta que autoriza o Poder Executivo a criar o programa Cantando as Diferenças – cuja meta é promover a inclusão social de grupos discriminados por etnia, raça, idade, opção sexual e condição social e de pessoas com deficiência – aguarda designação de relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O projeto (PLS 285/06) é de autoria do senador Paulo Paim (PT-RS) e inspira-se em experiências similares desenvolvidas por vários municípios gaúchos.

Na prática, observa Paim, o programa Cantando as Diferenças propõe que o Estado deixe o puro assistencialismo de lado e passe a reconhecer politicamente as diferenças individuais, culturais e sociais na busca da inclusão de pessoas e culturas.

As atividades a serem desenvol-

vidas no âmbito do programa, que terá caráter municipal, incluem produção e divulgação de trabalhos e atividades relacionados à arte, à cultura, à educação, à inserção laboral, à defesa do meio ambiente e aos direitos humanos, entre outras.

A proposição também institui o Dia Nacional de Reflexão do Cantando as Diferenças, a ser celebrado em 10 de agosto, data da morte do sociólogo, professor e deputado federal Florestan Fernandes. Segundo observa Paim, Florestan, que morreu em 1995, foi “um dos maiores guerreiros na luta contra as desigualdades”.

Se aprovado pela CCJ, o projeto segue para análise das comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e de Educação (CE), onde será votado em decisão terminativa.

Paim lembra que um em cada sete habitantes do planeta passa fome

Paulo Paim (PT-RS) lembrou a passagem do 58º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, comemorado no domingo, Dia Universal dos Direitos Humanos. A declaração, com 30 artigos em que são enumerados esses direitos, foi assinada em 1948 durante Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), em Paris.

Paim ressaltou que a declaração condena a escravidão, a tortura, a discriminação, a detenção e o exílio arbitrários, além de consagrar as liberdades de movimento, consciência e expressão. No entanto, lamentou o senador, o documento ainda é pouco conhecido e pouco aplicado ao redor do mundo.

O senador lembrou que, em cada sete habitantes do planeta, um passa fome, frisando que a pobreza é uma violação dos direitos humanos e um dos mais graves problemas do nosso tempo.

Paim citou comentários da alta comissária da ONU para os Direitos Humanos, Louise Arbour, que em entrevista recente disse serem a miséria e a exclusão resultados de discriminações e acesso desigual aos recursos e oportunidades, tanto sociais quanto econômicos e culturais.

– Creio que é dever nosso garantir a todas as pessoas os mesmos direitos civis, políticos, econômicos, culturais e sociais – afirmou.



Declaração Universal dos Direitos Humanos é pouco conhecida, diz Paim

Nação krahô-canela

Paim aproveitou para cumprimentar o presidente Luiz Inácio Lula da Silva pela assinatura do decreto, publicado no *Diário Oficial* de sexta-feira, que reconhece os imóveis rurais destinados a assentar o povo indígena krahô-canela, no município de Lagoa da Confusão (TO).

– O governo disponibilizou o dinheiro, indenizou os proprietários e hoje estão fazendo uma festa lá – registrou.

Paim recordou que as reivindicações da nação krahô-canela pela demarcação de seu território duraram aproximadamente 30 anos. De acordo com a Fundação Nacional do Índio (Funai), na área reivindicada, a Mata Alagada, será criada uma reserva indígena, uma vez que não pôde ser provada a tradicional ocupação da área. As fazendas obtidas (Retiro do Cocal e Lago do Jacaré) fazem parte da área demandada pelos indígenas.

Suplicy: Pinochet morreu na data dedicada aos direitos humanos

Eduardo Suplicy (PT-SP) registrou ontem a morte do general Augusto Pinochet, ex-ditador do Chile, aos 91 anos de idade, ocorrida nesse domingo, destacando a coincidência da data com o dia em que se comemora o 58º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada pela Assembleia da Organização das Nações Unidas em 1948.

– O general Pinochet representa para brasileiros, latino-americanos, chilenos, para os amantes da democracia em geral, algo de triste memória – assinalou Suplicy.

O senador mencionou a nota divulgada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em que o presidente afirma que Pinochet simbolizava um tempo sombrio da América do Sul “uma longa noite em que as luzes da democracia se apagaram dando lugar a regimes autoritários”. Suplicy

também mencionou o apelo feito pelo presidente para que as diferenças entre os povos sejam resolvidas pela paz.

Suplicy manifestou a sua satisfação pelo fato de o Chile ter superado a Era Pinochet, em que os direitos da pessoa humana foram seguidamente desrespeitados – com tortura, mortes, desaparecimentos, falta de liberdade de imprensa e de expressão, e a proibição de manifestações.

O parlamentar registrou ainda o respeito dos chilenos pela figura do presidente Salvador Allende, morto durante o golpe de estado comandado por Pinochet, em 1973, e manifestou o seu desejo de que nunca mais se repita um período de trevas como aquele.

Suplicy requereu a inclusão nos Anais do Senado da Declaração Universal dos Direitos Humanos, para que se mantenha viva a memória de seu conteúdo.

Diretor da Secretaria de Comunicação Social do Senado destaca credibilidade dos veículos da Casa e iniciativas das TVs públicas para se adequar à era digital

Rollemberg: TV Senado deverá exibir multiprogramação digital

Ao participar de audiência pública no Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, o diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social do Senado Federal, Armando Rollemberg, falou ontem sobre a possibilidade de a TV Senado vir a exibir multiprogramação, após a implantação do sistema digital de televisão no Brasil.

– Se temos a Comissão de Educação funcionando ao mesmo tempo que a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, por que não podemos transmitir nos nossos canais as três ou quatro reuniões simultaneamente? – questionou.

Armando Rollemberg relatou as medidas que estão sendo tomadas para preparar as TVs públicas para a era digital. Ele comunicou a contratação, junto à Universidade de Brasília, de curso de pós-graduação, *latu sensu*, com 360 horas-aula, na área de telecomunicações digitais. O programa de aperfeiçoamento, disse Armando Rollemberg, deverá atender engenheiros de telecomunicações do Senado, da Câmara dos Deputados, do Supremo Tribunal Federal (STF) e da Radiobrás.

Armando Rollemberg fez uma



Armando Rollemberg (D), ao lado dos conselheiros Arnaldo Niskier e João Monteiro

retrospectiva do processo de implantação do sistema de comunicação do Senado, lembrando as críticas feitas ao projeto por setores da imprensa privada. Agora, após dez anos de atividades, Rollemberg assinalou o “elevado nível de credibilidade” alcançado pelos veículos de comunicação do Senado, o que pode ser comprovado, conforme afirmou, pela grande utilização de seus conteúdos.

– Nesses dois últimos anos nossa audiência na TV a cabo mais que decuplicou. Também a nossa logomarca nunca foi tão exibida nos noticiários mais importantes de todas as emissoras do país. Inclusive no exterior nossa logomarca tem sido veiculada, o que é prova de que nosso trabalho tem sido efetivamente utilizado.

Dirigente do Ecad defende a centralização de direitos autorais

A superintendente-executiva do Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (Ecad), Glória Cristina Rocha Braga, defendeu a centralização do pagamento e da cobrança dos direitos autorais no órgão, apesar das críticas que, admite, o escritório recebe de determinados segmentos artísticos. Ela também disse que o Ecad não pode controlar as emissoras que não pagam os montantes relativos aos direitos, uma vez que foi criado para distribuir o recebido, apesar de os inadimplentes chegarem a quase 60% do total.

O assunto foi debatido ontem pelo Conselho de Comunicação Social, em audiência pública sobre a Lei do Direito Autoral (9.610/98). Na sessão, foi explicado que o Ecad administra

indiretamente – já que coordena outras 11 associações de artistas – 214.715 titulares nacionais e estrangeiros. O pagamento é feito mensalmente a cerca de 35 mil titulares de direitos – compositores, gravadoras e editoras musicais –, com base em valores médios aferidos de acordo com a região do país, com a potência das emissoras e, essencialmente, pelo sucesso, ou seja, pelo número de vezes que as músicas tocam nas rádios. Glória Braga afirmou que não existe falha no sistema.

– Recebe direitos autorais quem toca na rádio, quem tem música na TV e quem faz *show*.

O outro palestrante convidado, João Carlos de Camargo Éboli, presidente da Comissão Permanente de Direito da Propriedade

Programação regional

Na segunda parte da reunião, Paulo Ricardo Tonet Camargo, representante das empresas de imprensa escrita no Conselho de Comunicação Social, fez crítica ao Projeto de Lei da Câmara (PLC) 59/03, de autoria da deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ), que regulamenta o disposto no inciso III, do artigo 221, da Constituição federal, referente à regionalização da programação cultural de emissoras de rádio e TV.

Segundo Tonet, o projeto, em análise na Comissão de Educação do Senado, abre brecha para a entrada de produções estrangeiras ao exigir que 40% da programação das TVs seja preenchida com programas “independentes”, mas não necessariamente nacionais.



Glória Cristina reconhece que a inadimplência chega a 60% do total

Intelectual do IAB e assessor jurídico da Sociedade Brasileira de Administração e Proteção de Direitos Intelectuais (Socinpro), ressaltou que o Ecad não é e não pode ser perfeito, e que é impossível aferir nos quatro cantos do país, com precisão, os lugares e a quantidade de vezes que as músicas são executadas. Ele cobrou maior participação dos artistas nas decisões de suas associações e mais diálogo com o próprio Conselho de Comunicação Social.

Senador menciona notícias recentes segundo as quais o Brasil aparece na 71ª posição do *ranking* da Unesco que avalia o desempenho educacional de 121 países

Lula esconde a verdade sobre a educação, diz ACM

Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), em pronunciamento feito ontem, acusou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva de omitir os verdadeiros dados sobre a educação no Brasil. O senador mencionou notícias recentes divulgadas na imprensa brasileira e internacional segundo as quais o país aparece na 71ª posição do *ranking* da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), que avalia o desempenho educacional de 121 países com base no índice de educação (IDE).

– Quando se vê os parlamentares do PT ou os mais bajuladores da base aliada congratulando-se com os êxitos do governo na educação, acreditamos por alguns



Antonio Carlos também critica a administração da área de saúde no país

minutos. Porém, logo depois os organismos internacionais trazem o quadro doloroso da educação no Brasil – assinalou o parlamentar, acrescentando que o presidente da República

é o maior culpado por essa situação.

Antonio Carlos criticou ainda a administração da área de saúde no país, salientando que não houve decréscimo no índice de mortalidade infantil no atual governo, conforme este vem apregoando.

Ele finalizou seu pronunciamento reclamando das críticas que o governo vem fazendo ao Tribunal de Contas da União (TCU), que apontou irregularidades em contratos de publicidade firmados pela Petrobras.

– São quase R\$ 3 milhões de comissões pagas indevidamente a três agências que prestam serviços à empresa – destacou o senador.

Cristovam incentiva alfabetização de jovens e adultos

Tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) projeto do senador Cristovam Buarque (PDT-DF) com o objetivo de obrigar as escolas públicas do ensino básico, superior e profissional a cederem salas e demais instalações para aulas de alfabetização de jovens e adultos. Esses cursos de alfabetização, de acordo com a proposta, devem ser desenvolvidos pela rede pública e

entidades da sociedade civil.

Para isso, as instituições beneficiadas, públicas ou privadas, assinarão termo pelo qual se responsabilizam por subtração e danos ao patrimônio da União. O poder público divulgará, no primeiro mês de cada semestre, o número e a localização das salas disponíveis por turno.

Ao justificar a proposta, Cristovam Buarque afirmou que o

Brasil ainda ostenta um número vergonhoso de analfabetos absolutos: mais de 15 milhões de jovens e adultos. Por isso, qualquer iniciativa que facilite a oferta de cursos de alfabetização é necessariamente bem-vinda, argumentou.

Depois de aprovado na CCJ, o projeto (PLS 390/06) seguirá à Comissão de Educação, onde receberá decisão terminativa.

Gilvam Borges pede gratificação para professor do Amapá

Gilvam Borges (PMDB-AP) criticou ontem o governo e, em especial, o ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo, por não cumprir decisão do Poder Judiciário favorável ao pagamento aos professores do Amapá da Gratificação Específica de Atividade Docente (Gead). O parlamentar fez um apelo ao ministro para que cumpra a decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Ele explicou que os professores do antigo território federal do Amapá, embora pertencentes à esfera federal, não foram



“Ministro Paulo Bernardo deve cumprir decisão do STJ”, afirma Gilvam Borges

incluídos na Medida Provisória 128/04, que concedeu a Gead aos professores federais das instituições de ensino fundamental e médio, em substituição à Gratificação de Incentivo à Docência (GID).

O senador informou que a situação dos professores amapaenses foi corrigida por decisão do ministro Hélio Barbosa,

do STJ, em abril de 2006. Até o momento, no entanto, o ministro Paulo Bernardo não determinou o cumprimento da decisão, acusou.

Gilvam Borges disse que já teve duas audiências com o ministro do Planejamento para tratar do assunto, mas não viu nenhum compromisso ou empenho do governo no sentido de pagar as gratificações. O representante do Amapá pediu ao ministro que não trate a educação como um setor que não merece prioridade.

– O país precisa construir mais escolas e investir, além da estrutura material e física, em recursos humanos, os professores – insistiu o parlamentar, ao afirmar que a revolução de que o país necessita é a educacional.

Ideli anuncia indenizações para a criação de parque nacional

Ideli Salvatti (PT-SC) anunciou ontem que até o final do próximo ano serão pagas todas as indenizações referentes às desapropriações feitas em 1961 para a criação do Parque Nacional de São Joaquim, na serra catarinense. O parque foi criado pelo então presidente Jânio Quadros e ocupa uma área de 50 mil hectares.

Segundo Ideli, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) espera um total de R\$ 20 milhões para pagar todas as indenizações, que devem ser arrecadadas por meio de taxas pagas pelas obras de infra-estrutura que geram impacto ambiental, como a duplicação da BR-101 e a barragem de Serra Grande.

A senadora disse que o pagamento dessas indenizações abre caminho para que outras áreas de proteção ambiental possam ser criadas, pois o caso do Parque Nacional de São Joaquim era sempre citado como “um péssimo exemplo”.



Segundo Ideli, Santa Catarina ainda detém 17% da Mata Atlântica original

– Preservar o meio ambiente é necessário e pode se transformar num instrumento de desenvolvimento auto-sustentável – afirmou.

Ideli Salvatti também informou que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva deve sancionar nos próximos dias a Lei de Preservação da Mata Atlântica, que levou 14 anos para ser aprovada pelo Congresso Nacional. A senadora ressaltou que Santa Catarina ainda tem 17% da Mata Atlântica original, o maior índice em todo o país.

Papaléo aponta problemas que afligem população de Oiapoque

“Apesar de ter seu nome decantado em prosa e verso em todas as campanhas à Presidência da República, Oiapoque (AP), passada a eleição, não vê nada ser feito para melhorar a condição de vida de sua população”, lamentou o senador Papaléo Paes (PSDB-AP). Segundo ele, os principais problemas enfrentados atualmente pelo município são a falta de energia elétrica, de infra-estrutura e de segurança pública.

Durante a disputa da última Copa do Mundo, informou Papaléo Paes, a cidade ficou quase uma semana sem energia elétrica. Passados seis meses, a situação mudou pouco, testemunhou o senador: atualmente o abastecimento é interrompido durante seis horas todos os dias. Devido às condições precárias dos geradores, às vezes a energia é cortada por tempo indeterminado.

– A falta de água é outro problema que vem atormentando os moradores de Oiapoque. Vive-se diuturnamente com a incerteza se haverá ou não água nas torneiras. A infra-estrutura do município também é inexistente. Os moradores têm que se locomover em ruas sem calçamento, cheias de lixo e enlameadas pelas chuvas que quase diariamente caem na Amazônia – descreveu.



Papaléo cita falta de energia elétrica, de infra-estrutura e de segurança pública

Ele disse ainda que as pessoas que precisam viajar até Macapá são obrigadas a enfrentar a BR-156, que há mais de dez anos está para ser concluída. De acordo com o parlamentar, a estrada encontra-se em condições tão precárias que um ônibus leva 24 horas para percorrer seus 600 quilômetros de extensão.

Oiapoque, devido aos garimpos ilegais instalados na Guiana Francesa, também está convivendo com o tráfico de *crack* e de mulheres e a prostituição de crianças e adolescentes. Papaléo explicou que a cidade está repleta de prostíbulo, cujos principais clientes são garimpeiros brasileiros e pessoas que vêm da Guiana para o Brasil fazer compras em Oiapoque, aproveitando a valorização do euro frente ao real.